



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo 7. Relações étnico-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e políticas sociais

**Acumulação originária e expropriação de terras: Reflexões  
acerca da história e resistência indígena brasileira durante o  
processo de colonização**

Julia de Souza Corne <sup>1</sup>  
José Fernando Siqueira da Silva <sup>2</sup>

**Resumo.** Em sua gênese, o capitalismo utilizou da violência e da expropriação de terras para fundamentar suas bases e seu crescimento. Um dos movimentos que fizeram parte desse processo foi o a colonização de territórios, dentre eles o território brasileiro. Durante esse período, diferente do que ainda se pensa, os povos originários, atingidos diretamente por essa movimentação, criaram estratégias e movimentos de resistência. É necessário que se reconheça que durante a construção da cronologia nacional e até os dias atuais, os povos indígenas são protagonistas de sua própria história.

**Palavras-chave:** Questão indígena, resistência, acumulação primitiva

**Abstract:** In your genesis, capitalism used violence expropriation to base its foundations and its growth. One of the movements that were part of this process was the colonization of territories, including the Brazilian territory. During this period, different from what is still thought, the native peoples, directly affected by this movement, created strategies and resistance movements. It is necessary to recognize that during the construction of the national chronology and until the present day, indigenous peoples are protagonists of their own history.

**Keywords:** Indigenous question, resistance, primitive accumulation

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp- Franca. [juliacorne@gmail.com](mailto:juliacorne@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente social e professor associado do Departamento em Serviço Social da Unesp-Franca. Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp-Franca e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Unifesp-Santos. Professor livre-docente. [jose.siqueira-silva@unesp.br](mailto:jose.siqueira-silva@unesp.br)



*“... Entretanto não puderam nos eliminar!  
Nem nos fazer esquecer o que somos,  
porque somos a cultura da terra e do céu  
somos de uma ascendência milenar e somos milhões,  
e mesmo que nosso universo inteiro seja destruído,  
NÓS VIVEREMOS  
por mais tempo que o império da morte!*  
Declaração Solene dos Povos Indígenas do Mundo  
Port Alberni, 1975

## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista maduro, esse que surge e se reproduz através de um processo de expropriação, como será tratado no decorrer desse escrito, é formado por pressupostos históricos sem os quais não é possível contextualizá-lo. O primeiro deles diz respeito a um grande montante de capital concentrado, protegido por um Estado conivente e defensor da propriedade privada. O segundo, sobre a ampla força de trabalho disponível na época de seu surgimento, essa que expropriada de seus bens, da relação com a terra e dos meios de consumo, foi forçada a se inserir na dinâmica do capital como vendedora de sua própria força de trabalho, como sua única fonte de sobrevivência.

O processo de transição do sistema feudal ao sistema capitalista pode aparentar ser um processo de libertação dos trabalhadores (as) de suas amarras servis, transformando-os (as) em homens-mulheres livres. Todavia, é sabido que esses seres sociais só passam a ser vendedores de sua própria força de trabalho depois que lhes foram roubadas todas as terras e, com elas, seus meios de produção e sobrevivência. “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.” (Marx, 2013, p.787).

### 1. A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA COMO UM PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS

Ao discorrer sobre a assim chamada acumulação primitiva, Marx faz uma crítica à economia política clássica e ao que ele chama de uma visão “idílica” sobre quais foram as bases históricas do início do sistema capitalista. Nessa visão, fantasiosa, o acúmulo originário necessário ao capital ocorreu por meio de um processo em que alguns grupos poupavam dinheiro enquanto outros grupos gastavam e desperdiçavam. Essa relação, que pressupõe a genialidade do burguês em contrapartida a preguiça do proletariado é ironizada por Marx, como explica Virginia Fontes (2018):

Marx ironiza a estranha suposição da existência de uma ‘acumulação prévia’, através da qual alguns teriam economizado – os capitalistas – enquanto a grande maioria não o fez, restando-lhe, portanto, assujeitar-se como trabalhadores aos primeiros. É ato de dominação de classes sugerir que os capitalistas são o fruto de gerações de parcos e contidos, enquanto os demais lhes devem... trabalho (FONTES, 2018, p.2)



No capítulo 24 de O capital, Marx reflete sobre a assim chamada Acumulação primitiva e sobre os processos que verdadeiramente fizeram parte do surgimento e estruturação do novo sistema, como: o saque colonial, o processo de devastação e escravização da África, a apropriação de bens da Igreja e, principalmente, o processo de expropriação dos (as) trabalhadores (as), especialmente aqueles (as) do campo, que, expulsos (as) de suas terras, não podiam mais produzir para sua subsistência e, dessa forma, foram forçados (as) a vender sua força de trabalho. O autor demonstra que, se realmente existiu um processo de acumulação primitiva, ele se deu por meio da conversão do meio de vida dos (as) trabalhadores (as) em capital.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p.961)

De fato, o modo de vida a que a sociedade atual está acostumada a viver, onde vender sua força de trabalho é a maneira mais comum de reproduzir e garantir sua sobrevivência, não se manteve durante toda a história da produção e reprodução da sociedade. Em grande parte da cronologia humana, a subsistência e a produção e reprodução humana foi vinculada a um pedaço de terra, ainda que em formas distintas de propriedade. Com a população tendo acesso à terra e produzindo tudo o que fosse necessário para sua sobrevivência, o comércio não tinha espaço e nem utilidade.

É por meio do estudo desse contexto que Marx percebe que o capitalismo recriou (e recria) as bases necessárias para sua reprodução na sua gênese, já que o modo de vida até então praticado pela população não dele necessitava, precisando assim, criá-las e recriá-las. Era preciso que os homens se inserissem e necessitassem do comércio e do capital e esse movimento só seria possível desvinculando-os de suas terras e separando-o de sua subsistência, tornando a venda de sua força de trabalho a única alternativa disponível para sua sobrevivência. Esse processo, realizado durante a história, foi feito a base de muita violência e sangue derramado.

Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013)

Nesse sentido analisa-se que o processo de acumulação originária foi na verdade um processo de expropriação. E sobre tema, Marx reflete:

Como é que surge este fenômeno estranho de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores possuidores de terra, de maquinaria, de matéria-prima e de meios de subsistência, coisas que, todas elas, salvo a terra no seu estado bruto,



são produtos do trabalho e, por outro lado, um conjunto de vendedores, que não têm nada para vender exceto a sua força de trabalho, os seus braços e cérebros que trabalham? De que um conjunto compra continuamente em ordem a ter lucro e a enriquecer-se, enquanto o outro conjunto continuamente vende em ordem a ganhar a vida? A investigação sobre esta questão seria uma investigação sobre aquilo a que os economistas chamam “acumulação prévia ou originária”, mas que deve ser chamada expropriação originária. Verificamos que esta chamada acumulação originária não significa senão uma série de processos históricos, resultantes em uma decomposição da unidade originária existente entre o Homem Trabalhador e os seus Instrumentos de Trabalho. Semelhante investigação, contudo, fica além dos limites do meu assunto presente. Uma vez estabelecida a separação entre o Homem de Trabalho e os Instrumentos de Trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á em uma escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução do modo de produção o derrube de novo e restaure a unidade originária em uma forma histórica nova. (Marx, 2002, p.68)

Em seus estudos, Marx (2013) trata sobre o processo histórico da Inglaterra, o processo de expropriação das massas camponesas inglesas, que se movem às cidades a fim de vender sua força de trabalho, como única alternativa de sobrevivência e encontra um processo de modernização em profusão, mas são privadas de acessar as mercadorias e riquezas, mesmo que tenham elas sido produzidas pelo seu trabalho. Essa dicotomia gritante entre uma produção imensa de riquezas e uma carência enorme de acesso dos trabalhadores a essas mercadorias que possibilita a Marx enxergar a possibilidade de uma revolução do proletariado.

## **2. O PROCESSO BRASILEIRO**

Apesar de tratar em seus estudos sobre o caso inglês e as particularidades e características da Inglaterra, Marx percebe uma universalidade na reprodução do capital: uma grande produção de riquezas em ascensão que coexiste com uma enorme concentração de trabalhadores expropriados dos meios de produção, que têm na venda de sua força de trabalho sua única fonte de sobrevivência. Dessa forma, é possível associar o processo observado no caso inglês a outras localidades, mas seria imprudente fazer uma transferência automática de ideias e conceitos. É preciso que se considere as singularidades e particularidades do contexto sociohistórico de cada local, para observar o decurso do capital e do processo de expropriação em cada um deles.

O processo brasileiro conta com particularidades históricas fundamentais para seu entendimento, mas foi, sem dúvidas, um caminho marcado pela violência, pelo derramamento de sangue e pela expropriação de territórios.

O processo europeu de transição entre os sistemas feudal e capitalista, foi marcado pela discrepância gritante entre a condição de extrema pobreza da população que tinha na venda de sua força de trabalho a preços ínfimos sua única fonte de sobrevivência e a grande concentração de riquezas em forma de metais preciosos. Nesse período, além da posse de terras, o acúmulo de metais era o maior indício de riqueza e poder dos territórios



absolutistas, fato esse que incentivou o avanço das grandes navegações. O mercantilismo se constitui como um modelo cuja prática econômica tinha como objetivo final a formação de excedentes econômicos baseados na aquisição de recursos naturais (particularmente, mas não somente, metais preciosos), por meio da violência explícita ou oficializada pelo pacto colonial, que favorecia a acumulação de excedentes econômicos centrados em uma relação comercial vantajosa: vender mais caro do que se comprava, relação típica da acumulação originária capitalista. Isso certamente favorecia o mercado interno e incentivava a balança comercial favorável, ou seja, visava sempre exportar mais que importar o que marcou a chegada dos europeus ao continente americano.

No início do século XVI as grandes navegações representavam uma aventura comercial em busca de metais, riquezas, especiarias e artigos de luxo, além de novos mercados consumidores e melhores rotas de comércio. O domínio e organização dos territórios do Novo Mundo eram questão secundária. A preocupação portuguesa em proteger a costa brasileira cresceu apenas para evitar que outras nações se apropriassem do Pau Brasil, utilizado na fabricação de lã, através de seu pigmento, no berço da produção capitalista na Europa.

Na Inglaterra, durante o período feudal, existia a mão de obra servil, formada por camponeses acostumados a trabalhar com a terra e os elementos necessários para sua reprodução. O movimento do capital em seu processo de origem foi o de transformar essa mão de obra rural em mão de obra assalariada, focada na produção de mercadorias. No novo território, que viria a se transformar no Brasil, o contexto era diferente. Não havia ali nenhuma classe de trabalhadores (as) servis a serem convertidos (as) em trabalhadores (as) assalariados (as). O modo de produção indígena, que se mostrava diferente em cada povo e em cada grupo de indivíduos, buscava satisfazer, em sua grande maioria, a subsistência e a reprodução dos povos. Por outro lado, o modelo imposto pelos europeus tinha como objetivo obter vantagens econômicas necessárias à conversão do modo de produção indígena ao modo de produção mercantil a serviço do capitalismo comercial. Esse processo se deu por meio de violência e a escravização dos povos originários do território.

O povo nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável. (RIBEIRO, 2005, p.23)

As colônias europeias na América Latina foram parte fundamental do processo de intercâmbio de metais preciosos que acabaram por financiar o processo de industrialização das metrópoles. O ouro brasileiro foi indispensável para que a Inglaterra investisse em sua manufatura e em suas tecnologias, que possibilitaram a revolução industrial.



A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial e o incremento dos meios de troca e das mercadorias, imprimiram um impulso desconhecido até então ao comércio, à indústria e à navegação desenvolvendo rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante das divisões do trabalho dentro da própria oficina. (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação e as vias-férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média (MARX, 1975, p.30)

Outro fator a ser considerado tratando sobre o período da colonização é que na Europa, resultado da grande escala de produção fabril, existia uma grande acumulação de mercadorias, o que não ocorria na colônia, já que o processo de produção não se vincula ao processo de desenvolvimento nacional. As mercadorias produzidas ou coletadas na colônia eram destinadas à metrópole.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO, 2012, p.29)

Diferentemente dos casos europeus, a exploração de terras no Brasil não encontra limites físicos para sua expansão, devido ao seu tamanho continental, fator esse que favorece a continuidade do processo de expropriação. É possível perceber, então, a inegável relação entre a invasão, a pilhagem e a expropriação dos territórios e povos americanos com o processo de desenvolvimento e formação do sistema de produção capitalista. Esse processo atingiu diretamente os povos originários que habitavam as Américas, inclusive o território brasileiro, mas esse fator é comumente esquecido e ignorado no ensino da história nacional. É fundamental compreender a questão indígena vinculada ao processo de expropriação de terras.

### **3. RESISTENCIA INDÍGENA**

Antes da colonização, estima-se que havia no território cerca de dois a quatro milhões de indivíduos indígenas. Portadores de diversas culturas e vivências, existiam mais de 1.000 etnias diferentes anteriores ao período de invasão europeia (ALMEIDA, 2010, p. 29). O conflito das populações originárias com os colonizadores se dá em diferentes níveis:

a) conflitos biológicos, representados pelas grandes epidemias de organismos trazidos pelos





colonizadores e altamente prejudiciais aos indígenas, que representaram a morte de milhares de indivíduos; b) processos de domínio, violência, escravização e pilhagem. Como salienta Darcy Ribeiro,

Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e outros. No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aqui aquerenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas. (RIBEIRO, 1995, P.30)

Acerca das epidemias, trazidas pelos europeus, Darcy Ribeiro afirma que elas mataram mais que espadas e arcabuzes. Segundo o autor, uma grande epidemia de varíola matou cerca de 40 mil indígenas, que haviam sido reunidos pelos jesuítas.

Os próprios sacerdotes operavam muitas vezes como contaminadores involuntários, como testemunhas suas próprias cartas. Em algumas delas comentam os alívios que lhes traziam ao “mal do peito” os bons ares da terra nova; em outras, relatam como os índios morriam feito moscas, carregando sangue, podendo ser salvas apenas suas almas. (RIBEIRO, 1995, P.52)

Outro processo enormemente nocivo para as populações originárias foram as missões jesuíticas e o projeto de catequização dos povos indígenas que ocorreu no território. As missões buscavam converter os indígenas às crenças e costumes religiosos europeus, a fim de “salvar-lhes as almas”. Mesmo não tendo em sua origem nenhum caráter humanitário, em razão da agressividade e insanidade da violência colonial, em determinado momento se trava um embate entre missionários e colonos.

Para os primeiros, os índios, então em declínio e ameaçados de extinção, passaram a ser criaturas de Deus e donos originais da terra, com direito a sobreviver se abandonassem suas heresias para se incorporarem ao rebanho da igreja, na qualidade de operários da empresa colônia recolhidos às missões. Para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava a escravidão (RIBEIRO, 1995, p.22)

Durante todo o primeiro século de colonização, a mão de obra forçada indígena foi utilizada pelos europeus. Em um primeiro momento desenvolvida através de um processo de escambos, onde, em troca de instrumentos trazidos pelos colonos, os indígenas ofereciam riquezas da terra, informações e colaboração. Esse processo de exploração dos povos nativos logo se transformou em escravidão. “Não eram mais parceiros para escambo que desejavam os colonos, mas mão de obra para as empresas coloniais que incluíam a própria reprodução da mão de obra, na forma de canoieiros e soldados para o apresamento de mais índios” (CUNHA, 2012, p.18). Essa mudança na forma de se relacionar com os indígenas, que substituiu as trocas amistosas por meio do escambo pelas explorações escravistas acaba por desencadear diversas revoltas por parte dos grupos indígenas.



Na verdade, as revoltas indígenas passaram a ser constantes na medida em que o processo de colonização foi se tornando mais extensivo e exigente de trabalho sistemático. Como consequência colonos alteram de forma radical suas relações com os grupos indígenas e de incrementarem, tornaram mais organizadas e efetivas as tentativas de escravizá-los, as reações dos grupos Tupinambá, mais duramente atingidos pelas ações dos colonizadores e insatisfeitos com as novas modalidades de relacionamento, passaram a ser de hostilidade e oposição à presença dos europeus (PARAISO, 2000, p.14)

No começo do século XVII, com o início do processo de exploração e escravização africana, processo esse que segue, endossa e aperfeiçoa o processo de escravização indígena, este passa a representar uma opção secundária, preferido para as ações de transporte de cargas e pessoas, para o cultivo, coleta e preparação de alimentos, assim como para caça e pesca. “Custando uma quinta parte do preço de um negro importado, o índio cativo se converteu no escravo dos pobres, numa sociedade em que os europeus deixaram de fazer qualquer trabalho manual.” (RIBEIRO, 1995, p.98).

Comumente, nos registros e descrições acerca da história brasileira, os indígenas são retratados apenas pelo seu genocídio ou pelo processo de “assimilação”, muitas vezes apresentados como estorvo ou empecilho a expansão colonial, ou até mesmo reduzidos a uma fonte de mão de obra. Dificilmente se encontram registros ou narrativas que evidenciem as ações de resistência indígena que existiu durante esse processo.

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga. Nesse conflito de vida ou morte, os índios de um lado e os colonizadores do outro punham todas as suas energias, armas e astúcias. Entretanto, cada tribo, lutando por si, desajudada pelas demais- exceto em umas poucas ocasiões em que se confederaram, ajudadas pelos europeus que viviam entre elas- pôde ser vencida por um inimigo pouco numeroso, mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado. (RIBEIRO, 1995, p.49)

Porém, é necessária uma releitura do período colonial considerando os indígenas como agentes ativos do processo e não como padecedores passivos sem alternativa de reação, como salienta Maria Celestino Almeida (2010).

De personagens secundários apresentados como vítimas passivas de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação, os povos indígenas em diferentes tempos e espaços começaram a aparecer como agentes sociais cujas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos por eles vividos. Essas novas interpretações permitem outra compreensão sobre suas histórias e, de forma mais ampla sobre a História do Brasil (ALMEIDA, 2010, p. 9-10).

#### E reforça Manoela Carneiro da Cunha:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro a periferia do capital era também o lixo da história. [...] Ora, não há dúvidas de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra





algo do que foi a política indígena. Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizadas entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoios e aos Tupiniquins (Fausto); e no século XVII os holandeses pela primeira vez se aliaram a grupos “tapuias” contra os portugueses [...] Essa política metropolitana requer a existência de uma política indígena: os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses [...] (CUNHA, 1992, p.17-18)

De fato, os indígenas foram protagonistas de sua própria história, tanto que a potência e capacidade de ação e resistência indígena foi percebida pelos colonos. “No século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoio e aos Tupiniquins” (CUNHA, 1992, p.18). Manoela Carneiro da Cunha salienta que essas alianças não representavam imposições, já que a política da metrópole requisita uma organização indígena. Sendo assim, “os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses.” (CUNHA, 1992, p.18)

Ainda que ignorado, negado ou transformado pelos colonizadores – do corpo e da alma –, o saber que sempre alimentou nossas tradições se manteve fiel aos princípios fundadores. Isso desnortou os invasores daquele momento histórico e continua desnortando os de nosso tempo, os quais teimam em destruir as tradições originárias que permanecem resistindo, não sem muitas baixas, ao “canto da sereia” do capitalismo selvagem, cujo olhar frio se concentra na fragilidade humana, que é capaz de vender sua dignidade e ancestralidade em troca de conforto e bem-estar ilusórios (MUNDURUKU, 2012, p. 68).

Como o entendimento da história do Brasil através de uma ótica que considera a luta e a resistência indígena ainda é muito escasso, são poucos os estudos que retratam as revoltas e lutas indígenas. Como exemplos da resistência indígena podemos citar: A Confederação dos Tamoios, que, unidos aos franceses, defenderam as capitanias do sul do povoamento de portugueses durante dez anos (1555-1655), ou ainda a Confederação dos Cariris, também conhecido como “Guerra dos Bárbaros” (1683- 1713), que representou grande movimento contra a dominação portuguesa.

A “guerra dos bárbaros” revelou que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais, como a que permitiu a associação de diversos povos contra os portugueses (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 55).

Também se encontram relatos acerca do guerreiro Ajuricaba, da região do Vale do Rio Negro, na Amazônia, que comandou diversos ataques aos portugueses através de emboscadas e foi considerado criminoso por combater os “resgates” jesuítas. Ao ser preso, recusou-se a ceder e se atirou ao Rio Negro, morrendo afogado (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 57).

Na contemporaneidade as formas de luta e resistência indígena se configuram de maneiras distintas, através da participação política, manifestações e reivindicações coletivas e através de movimentos sociais, além de outras estratégias únicas de cada povo e coletivo. Na década de 1970, período pré constitucional, os primeiros coletivos indígenas foram



criados, canalizando movimentos em uma causa comum. “O movimento indígena estruturou-se reivindicando a demarcação de terras e a autodeterminação, ou seja, autonomia para gerir suas atividades cotidianas no âmbito do Estado brasileiro. Era uma defesa de direitos que questionava a tutela oficial “(OLIVEIRA, FREIRE, 2006, P.193). A atuação dos movimentos indígenas nesse período foi de suma importância para as conquistas alcançadas pela categoria na Constituição de 1988.

Atualmente, com o avanço neoliberal e o crescimento do agronegócio, grupos indígenas têm como uma de suas maiores pautas de luta a questão da demarcação de terras. Diariamente são encontradas notícias acerca de invasões e ataques a populações indígenas que precisam resistir e lutar por seus territórios.

Dentre as estratégias utilizadas nos tempos atuais podemos citar o uso das redes sociais, que auxiliam na propagação de informações acerca das demandas da causa indígena e na conquista de novos aliados. Outro movimento de grande importância é o Acampamento Terra Livre, mobilização nacional que, desde 2004, é organizada pelo movimento indígena para discutir e dar visibilidade aos direitos indígenas, além de cobrar do Estado a atenção para suas pautas e reivindicações.

As estratégias elaboradas por diversos povos, durante séculos de colonização, para se manterem vivos diante das ameaças dos homens brancos se caracterizam como atos de resistência. Esses atos não se resumiam apenas a embates físicos, mas também a uma postura de defesa e continuidade de sua cultura, ritos e práticas, que se mantiveram presentes, mesmo em um contexto ameaçador, indagando a dominância colonial.

## **CONCLUSÃO**

Compreender a Questão Indígena brasileira é indissociável da compreensão do processo de acumulação originária e das bases do capitalismo mundial. Esta acumulação é apontada por Marx como, na verdade, um processo de expropriação e de separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Esse processo, que se deu na Europa, na transição do sistema feudal para o capitalismo, retirou os camponeses de seus pedaços de terra, que lhes fornecia insumos necessários para sua sobrevivência e permitia sua reprodução e os colocou, forçadamente, no sistema de produção capitalista, onde a venda de sua força de trabalho se apresenta como única alternativa para a sobrevivência.

Esse sistema em ascensão alimentava lógicas e práticas econômicas que visavam seu crescimento e sua reprodução. A busca de lucro e riquezas se faz prioridade entre as nações e estimuladas por esse horizonte, grandes navegações saíram em busca de riquezas e metais preciosos, além de novos territórios e novos mercados consumidores.



A chegada dos Europeus às Américas, por muito tempo tratada como “descoberta”, significou a morte e a destruição de muitos povos que aqui já viviam. No território brasileiro o contato entre os povos nativos e os homens brancos que, em um primeiro momento, se deu de forma relativamente tranquila, logo se estabelecia em uma relação desigual de domínio e violência. O processo de escambo, utilizado no início do século XVI, onde os indígenas trocavam serviços, riquezas da terra e conhecimentos por itens trazidos pelos colonos e até então desconhecidos por eles, prontamente foi substituído pelo trabalho forçado e escravização. Isso ocorre assim que se percebe o potencial econômico do Pau-Brasil, se descobrem as “minas gerais” e se organizava o território da colônia.

A destruição dos povos aqui existentes se deu não somente por meio do uso da força e de armas letais, mas também por meio de armas biológicas. Grandes epidemias causadas pelo contato dos nativos com organismos desconhecidos trazidos no corpo pelos colonizadores foram a causa de grande parte das mortes de indígenas no território. Além disso, outra forma de violência e ameaça se aplicava ao negar aos povos sua cultura, sua religião e sua reprodução da forma como lhes era adequada. As missões jesuíticas, que buscavam catequisar os povos indígenas em busca da salvação de sua alma são um exemplo desse processo.

Apesar dos fatos que mostram a grande destruição causada às populações indígenas com a chegada dos europeus ao território americano, é equivocado pensar nos povos originários como agentes passivos nesse processo. Apesar de inseridos em um contexto de extrema violência e ameaças, os povos indígenas, além das ocasiões de combate direto e resistência física, montaram uma espécie de resistência não explícita que se deu em um movimento de negação às imposições europeias, através da continuidade dos hábitos culturais, religiosos e sociais. A falsa submissão aos valores católicos ou as alianças formadas pelos grupos indígenas com os colonos, que permitiam aos líderes indígenas o controle e contato com seu povo, são provas da consciência e estratégia dos indígenas sobre o processo em que estavam inseridos.

Ativos, conscientes e organizados, os povos indígenas brasileiros são, desde o início de sua história (que não se deu com a chegada dos colonizadores), protagonistas de sua própria história.

## **BIBLIOGRAFIA**

\_\_\_\_\_. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.  
ALMEIDA, Maria Celestino. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p.14-28.



CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade in Boschetti, Ivanete (Org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. Lisboa, Avante!, 1975

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. São Paulo: Centauro, 2002

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. “Aldeamentos de Salvador no século XVI. Um primeiro esboço”. In: Revista Eletrônica Orbis, Salvador - Bahia, v. 2, 2000. p. 14.

PRADO, Jr. Caio. História econômica do Brasil - 43. ed - Editora Brasiliense - São Paulo, 2012

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.